



ÉPOCA 2015/2016

PO20 – TAÇA DE PORTUGAL - SENIORES MASCULINOS

(Regulamento aprovado em Reunião de Direção 06-05-15)

REGULAMENTO DA PROVA

Artigo 1

Prémios

1. Ao vencedor da competição será atribuída uma Taça ou troféu e 25 medalhas.
2. Ao Clube finalista será entregue uma miniatura da mesma Taça ou troféu e 25 medalhas.
3. O Vencedor da Taça de Portugal participará na Challenge Cup.
 - a. Caso o Clube vencedor seja o Campeão Nacional ou o 2.º Classificado, o finalista vencido participará na Challenge CUP.
 - b. Caso os finalistas da Taça de Portugal, sejam duas das equipas classificadas nos 3 (três) primeiros lugares no Campeonato Nacional, será o 4.º Classificado no referido Campeonato a participar na Challenge CUP.
 - c. Este ponto e as suas alíneas poderão ser objeto de ajustamento, se a EHF alterar a estrutura de participação das equipas Portuguesas.
 - d. A designação do representante desta prova, terá sempre como ordem de precedência para indicação de participação á EHF, a ordem classificativa, estabelecida na PO01.
4. A designação dos diferentes representantes para as competições europeias de Clubes terá, sempre, de ser ratificada pela Direção da FAP, mormente tendo em atenção as condições económicas e/ou desportivas de cada um dos Clubes, procedendo às substituições respetivas quando for caso disso.



Artigo 2

Participantes

1. Clubes

- a. É de Participação obrigatória para os Clubes inscritos nos Campeonatos Nacionais de Seniores fixos e não fixos (PO01, PO02 e PO03).
- b. São considerados Clubes inscritos nas Provas Nacionais os Clubes participantes na 1.ª Fase da PO03.
- c. As deslocações às Regiões Autónomas dos clubes participantes ficam condicionadas e são sempre efetuadas de acordo com os critérios definidos em Comunicado Oficial da FAP.

2. Jogadores

- a. Podem participar os jogadores de acordo com o anexo 3 do Comunicado Oficial nº 1 época 2015/2016.
- b. Nos jogos da Taça de Portugal cada clube só pode participar com uma equipa, podendo nela participar todos os jogadores inscritos pelo clube e qualificados para o respetivo escalão.
- c. A Partir dos 1/8 Final inclusive, os Clubes têm de inscrever no boletim de jogo e estar presentes fisicamente, em cada jogo, um mínimo de 12 Jogadores. O incumprimento do disposto no presente artigo determina a aplicação de multa de € 150,00 (cento e cinquenta euros) por cada jogador em falta.

3. Treinadores

- a. De acordo com o estipulado no anexo 7 do Comunicado Oficial nº 1 época 2015/2016

Artigo 3

Modelo Competitivo

1. A prova será disputada no sistema de eliminatórias a uma só volta, e a quantidade da mesmas está dependente do número de inscrições, sendo comunicado em circular a estrutura da prova e de acordo com:



- a. As Eliminatórias até aos 1/16 Final exclusive, poderão ser disputadas por zonas geográficas;
- b. Entrada sucessiva a partir dos Clubes dos Campeonatos Nacionais, com integração progressiva ou em simultâneo, desde a PO03, PO02 e finalmente PO01;
- c. Os Clubes do Campeonato Nacional da 1ª Divisão Nacional, iniciam a participam a partir dos 1/16 de Final;
- d. Os seis primeiros classificados do campeonato da época anterior são cabeças de série (não se defrontando entre si) nos 1/16 da PO20-Taça de Portugal, sendo que nesta eliminatória os Clubes da PO01, sempre que defrontarem Clubes de Divisão inferior, jogarão na condição de visitantes.
- e. O sorteio para as diferentes fases é efetuado de acordo com os critérios definidos nas alíneas anteriores.
- f. Em caso de empate no final do tempo regulamentar do jogo de qualquer eliminatória, proceder-se-á de acordo com as Regras Oficiais de Jogo.

Artigo 4

Horário dos Jogos

1. Os Dias e as Horas para os Clubes procederem á marcação e horário dos jogos serão comunicados em documento de sorteio
 - a. Os jogos coincidentes com as Competições Europeias são marcados obrigatoriamente, segundo os seguintes princípios:
 - 1) Às 4^{as}. Feiras anteriores e/ou posteriores aos referidos jogos, podendo ser consideradas outras alternativas com o acordo entre os Clubes intervenientes e ratificação da Federação.
 - a. Em Eliminatórias disputadas a duas mãos, não deverá ser efetuada nenhuma marcação entre os dois jogos.
 - b. Nos casos de disputa de jogos sequenciados, em séries ou grupos, a primeira marcação será sempre feita, para a 1.^a 4.^a Feira antecedente.
 - c. Nos casos da existência de jornadas duplas na prova nacional, os jogos serão obrigatoriamente, da seguinte forma:
 - i. 1.º Jogo da jornada dupla será disputado na 4.^a Feira anterior.
 - ii. 2.º Jogo da jornada dupla será disputado na 4.^a Feira seguinte.



- 2) Poderão ser destinadas outras datas, a determinar pela Federação, face às necessidades das Seleções Nacionais ou em função dos resultados de sorteio para as Competições Europeias de Clubes, ou acordadas pelos clubes intervenientes.
 - 3) A marcação dos jogos tem de ser feita até 7 dias após o sorteio de cada eliminatória. O não cumprimento deste prazo implica a marcação pela Federação do dia e hora do jogo.
- b. Os jogos da 1/2 Final e Final são marcados pela FAP.
2. A entrada nos recintos e organização será de acordo com o estipulado no Título 8 do Regulamento Geral da FAP e Associações.
 3. A organização dos jogos pertence ao Clube visitado.
 4. Os jogos das 1/2 Final e Final, a organização são da responsabilidade da FAP.



Artigo 5

Coordenadores de Segurança / Diretores de Campo

1. Os Clubes, nesta prova, deverão inscrever, nos jogos realizados na situação de visitados, um Coordenador de Segurança/Diretor de Campo, nos termos consignados no Regulamento Geral da FAP e Associações, nomeadamente no Subtítulo 2 do Título 8.
2. Nesta prova os Clubes ficam sujeitos às normas divulgadas em Comunicado Oficial.

Artigo 6

Oficiais de Mesa CROM

1. **Jogo entre 2 clubes CROM** – Cada clube deverá indicar um Oficial de Mesa habilitado. Caso o clube visitante não o queira fazer, deverá até 3 dias antes da data do jogo, dar conhecimento dessa intenção (via fax ou e-mail) ao clube visitado e a entidade responsável pela prova (Federação/Associação). Nessa situação o clube visitado nomeará dois Oficiais de Mesa habilitados. Poderá igualmente comunicar essa intenção para toda a prova. Se no jogo se registar a ausência do oficial do clube visitante, e que se venha a confirmar (relatório de jogo/conselho disciplina) não ter havido essa comunicação atempada, deixará a partir dessa data de usufruir a possibilidade de nomear Oficial de Mesa em jogos na situação de visitante.



- a. Nos jogos em que esteja presente um Oficial de Mesa de cada clube, a função de cronometrista é da responsabilidade do clube visitado, sendo a função de secretário desempenhado pelo clube visitante.
2. **Jogos em que o clube visitado é clube CROM e o visitante não é CROM** será o clube visitado a nomear os Oficiais de Mesa habilitados.
3. **Jogos em que o clube visitado não é CROM** (independentemente do visitante ser ou não) a nomeação dos Oficiais será da responsabilidade da entidade com competências para a organização da prova (Federação/Associações Regionais).
4. A partir dos 1/16 Final a nomeação dos oficiais de mesa é da responsabilidade da FAP.



Artigo 7 Homologação de Campos

1. Os campos deverão reunir as condições regulamentares e estarem devidamente vistoriados e homologados pela Federação de Andebol de Portugal.
2. O Processo de homologação é realizado anualmente, via Sistema de Informação, preenchendo os elementos solicitados e anexando os documentos de prova julgados convenientes para a respetiva homologação (Incluindo as fotografias elucidativas de todo o pavilhão).

Artigo 8 Sanções Disciplinares

1. As sanções discriminadas neste artigo, apenas têm aplicação, nas 1/2 Final e Final
2. As sanções disciplinares em campo, para além das estipuladas em RG e Disciplinar da Federação e Associações e Regras Oficiais, são punidas com as seguintes sanções pecuniárias:
 - a. **TREINADORES E OFICIAIS AO JOGO**
 - a) 2 MINUTOS75 Euros
 - b) CARTÃO VERMELHO150 Euro
 - b. **JOGADORES**
 - a) CARTÃO AMARELO NO BANCO.....50 Euros



- b) 2 MINUTOS NO BANCO.....75 Euros
- c) CARTÃO VERMELHO..... 150 Euros

Artigo 9

Disposições Finais

1. O presente Regulamento Específico anula todas as disposições que o contradigam na Regulamentação em vigor.
2. A tudo o que não vem especificado neste Regulamento Específico ou em regulamentações posteriores, aplica-se o disposto no RG da Federação e Associações.
3. Todos os casos omissos são resolvidos pela direção da FAP
4. Este regulamento vigora para a época 2015/2016.

